FRUSTRAÇÃO DO CRESCIMENTO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

UM DOS temas que surgiu nas últimas semanas diz respeito à revisão para baixo das perspectivas de crescimento econômico para este ano, para cerca de 2%.

De fato, do ponto de vista macroeconômico, a demanda agregada pode ser estimulada a partir de quatro agentes possíveis: famílias, empresas, governo e setor externo.

Nesse sentido, as famílias brasileiras ainda enfrentam a ressaca dos estímulos excessivos ao crédito gerados nos governos anteriores. As dores de cabeça com as dívidas geradas em momentos de falsa ilusão de crescimento e bonança tornam amargo o modo de vida de milhões de brasileiros. O consumo presente é sacrificado, a duras penas, para quitar dívidas contraídas no passado. Isso limita o potencial de consumo, que corresponde a cerca de dois terços da demanda total do País. Um reflexo disso pode ser constatado observando-se o menor nível de juros no País observado desde o lançamento do real (em junho de 1994), sem a correspondente reação do consumo.

Do lado das empresas, a frustração recorrente com falsos sinais de retomada de uma economia que não decola limita o potencial de abertura de novas fábricas e de realização de novos investimentos no setor produtivo. Com isso, não apenas novos empregos deixam de ser gerados, mas também a capacidade produtiva brasileira tem a sua expansão cada vez mais limitada frente aos baixos investimentos no País.

Do lado da demanda do Governo, o desastre herdado das contas públicas limita qualquer possibilidade de estímulo por essa via. Apenas para se ter como referência, durante a "marolinha" que se tornou um *tsunami* em 2008, o Governo fez uso (de forma inteligente inicialmente) da redução do IPI para automóveis, uma vez que esse setor foi duramente atingido pela restrição de crédito naquele período. Essa medida foi estendida em termos temporais (o que era um trimestre não tinha mais prazo para encerrar) e ampliada para outros setores que não tinham absolutamente necessidade alguma desse tipo de ação. Isso só foi possível por conta da gordura fiscal que havia naquele momento.

O quadro atual é totalmente diverso: a herança maldita da Nova Matriz Econômica (NME) legou um desastre fiscal sem precedentes na economia brasileira. O governo atual luta para conferir um mínimo de sustentabilidade fiscal ao País. A virtual falência do setor público brasileiro limita qualquer possibilidade de ampliação de gastos públicos nas três esferas de governo neste momento. Desta forma, não há muito espaço para expansão de demanda por essa via na atualidade.

Para completar o desastre, o setor externo não está nos ajudando em nada. A cotação do dólar tem batido sucessivos recordes em um contexto de folga de reservas internacionais brasileiras. De um lado, isso é resultado do baixo nível de juros no Brasil, o que limita a atração de dólares para a nossa economia. De outro lado, os nossos principais parceiros comerciais registram problemas: a China encontra-se em plena desaceleração econômica (agravada pelo novo coronavírus), e a Argentina, nossa principal fonte de demanda de manufaturados, encontra-se em crise. Com isso, mesmo com o atual colchão de dólares em mãos do Banco Central e com as suas intervenções no mercado de câmbio, a cotação do dólar permanece alta.

Em síntese, não há uma perspectiva muito favorável para o crescimento econômico brasileiro neste ano. É mais razoável supor que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescerá cerca de 2% neste ano. ■